

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DISCURSO (DA IMAGEM) DA “CIDADE-MODELO”: O
OCULTAMENTO DA QUESTÃO HABITACIONAL NO URBANISMO CU

Aline Figueiredo de Albuquerque (Universidade de São Paulo (FAU-USP))

A Construção Histórica do *Discurso* (da *Imagem*) da “Cidade-modelo”: o Ocultamento da Questão Habitacional no Urbanismo Curitibano.

Resumo do trabalho:

O objetivo do trabalho intitulado *A construção histórica do discurso (da imagem) da “cidade-modelo”: o ocultamento da questão habitacional no urbanismo curitibano* é, a partir da experiência particular de Curitiba – tida como “modelo” –, refletirmos sobre as imbricações presentes entre as *práticas* e as *ideologias* urbanas e por sua vez sobre as implicações desta relação contraditória na forma de produção e apropriação do espaço urbano da metrópole. Curitiba tornou-se conhecida nacional e internacionalmente pelo *aparente* bom resultado do planejamento urbano praticado no Município. A *imagem* disseminada da cidade está intrinsecamente vinculada ao planejamento urbano local; ela seria produto da técnica, da inovação e da criatividade dos planejadores locais. A análise que propomos se refere à compreensão da relação entre o *discurso* – tornado hegemônico – da “cidade-modelo” e as *práticas* habitacionais levadas a efeito na metrópole curitibana. Relação *aparentemente* ausente, tendo em vista que o *discurso* que legitima a *imagem da cidade* não fala sobre a questão habitacional.

Introdução

Este trabalho pretende contribuir na reflexão crítica sobre os modelos urbanos – de gestão e planejamento – a partir da experiência de planejamento urbano e habitacional do Município de Curitiba. Não se propõe aqui avaliar os resultados dos programas e projetos implementados pela Administração Municipal da capital paranaense, mas sim de iluminar esse debate – sobre modelos e práticas urbanas – com a temática da *ideologia*.

O objetivo de dar relevo à discussão acerca da *ideologia*, dentro da temática “História, cidade e urbanismo” do XII Encontro Nacional da Anpur, deve-se ao fato de acreditarmos que a produção da cidade e do urbanismo não escapa à produção de *ideologias*. Portanto, pautar a discussão de tal problemática torna-se fundamental no momento em que buscamos construir práticas profissionais e estratégias de intervenção nas cidades no sentido de superar as *ideologias* que – por sua natureza – reduzem e distorcem a realidade concreta, legitimando, desta forma, *metodologias* e *modelos* urbanísticos que mantêm e aprofundam as desigualdades sócio-espaciais das cidades brasileiras¹.

Neste sentido, nada mais emblemático que colocar no centro da discussão, tendo como pano de fundo a questão da *ideologia*, a experiência supostamente exitosa de planejamento urbano da cidade de Curitiba.

Curitiba, hoje, *aparece* como *modelo* em planejamento urbano. A experiência lá vivenciada parece estar imune/ilesa às críticas formuladas por diversos autores sobre os resultados nefastos do planejamento de matriz modernista/funcionalista, amplamente difundido no período da ditadura militar (década de 70) em inúmeros municípios brasileiros². A *idéia* de que em Curitiba o planejamento urbano “deu certo” está de tal forma enraizada no “imaginário social” que obstaculizou a construção de leituras críticas em relação a tal experiência, por parte da Academia, dos planejadores e dos cidadãos de Curitiba, fato que por sua vez, legitima e reforça a *imagem* da cidade.

O objetivo deste trabalho é, portanto a partir dessa experiência particular – tida como “modelo” – refletirmos sobre as imbricações presentes entre as *práticas* e as *ideologias* urbanas e por sua vez sobre as implicações desta relação contraditória na forma de produção e apropriação do espaço urbano da metrópole.

Destaca-se que faremos a abordagem da questão da *ideologia* sob o enfoque do *discurso ideológico* (CHAUI, 2006) – conteúdo que será abordado na primeira parte deste trabalho, pois define nosso quadro teórico-metodológico – e que quando nos referirmos ao termo *prática* estaremos nos remetendo tanto às *ações* concretas do Poder Executivo

Municipal sobre o território quanto às *ações* vinculadas à produção da metrópole *informal* que explicitam uma das facetas da realidade urbana da cidade escolhida para nosso estudo.

Para contemplar o objetivo deste trabalho, a análise que propomos se refere à compreensão da relação entre o *discurso* – tornado hegemônico – da “cidade-modelo” e as *práticas* habitacionais levadas a efeito na metrópole curitibana. Relação *aparentemente* ausente, tendo em vista que o *discurso* que legitima a *imagem da cidade* não fala sobre a questão habitacional. Este é, portanto o ponto de partida (e de chegada) de nossa reflexão: a ausência da habitação no *discurso* que mantém viva a *idéia* de que em Curitiba o planejamento urbano deu certo.

Veremos, no decorrer deste texto, que ao lado dessa lacuna se desenvolve um *outro discurso*: um *discurso* específico sobre a questão da habitação elaborado no interior do Poder Executivo Municipal que por sua vez tem por objetivo principal justificar a contradição presente entre a *imagem* de Curitiba e sua realidade concreta. Observaremos que, este outro *discurso* – ao contrário do *discurso* hegemônico da “cidade-modelo” – irá reconhecer, dimensionar e identificar a problemática habitacional da metrópole curitibana. Aparentemente opostos, mostraremos que os dois *discursos* são partes diferentes de um único movimento.

O presente trabalho está estruturado em três partes. Na primeira, como citado acima, está exposto o quadro teórico-metodológico utilizado para compreensão de nosso objeto de estudo. Na segunda parte são apresentados os elementos constitutivos do *discurso* da “cidade-modelo”, momento em que se explicita a *lacuna* deixada em relação à habitação. A terceira parte propõe o resgate da *prática* ocultada pelo *discurso* hegemônico, um exercício de aproximação à face de Curitiba que – historicamente – é escamoteada pela *imagem da cidade*, e explicita a existência do *discurso* oficial sobre a questão habitacional: sua estrutura, seu conteúdo e sua funcionalidade. Nas considerações finais estão concentradas notas preliminares que esboçam os avanços realizados em nosso estudo e algumas hipóteses em processo de aferição³.

Premissas metodológicas

A questão da *ideologia* ganhou destaque em nossa pesquisa na medida em que avançamos na investigação e observamos o abismo presente entre a *imagem* da “cidade-modelo” e a realidade da metrópole. Vimos que Curitiba é marcada pela *segregação espacial* dos habitantes, pelo *abandono* do centro da cidade e pelo crescimento e consolidação da *informalidade urbana*⁴. Processos urbanos, conhecidos de qualquer metrópole do Brasil e que

manifestam as contradições inerentes à forma de *produção*⁵ do espaço urbano específico das cidades brasileiras. Portanto, o fato de que ao pensarmos em Curitiba, vir às nossas mentes – de maneira imediata – as *imagens* de uma “cidade de primeiro mundo”, “cidade-planejada” e outras deve-se muito mais ao processo social de construção da *imagem hegemônica* da cidade do que aos resultados supostamente benéficos do planejamento urbano curitibano.

Em relação a *desmistificação* da experiência curitibana de planejamento urbano, consideramos a obra de Fernanda Sánchez (1993) pioneira e de fundamental importância para compreensão dos mecanismos sociais, políticos, institucionais e de marketing que estruturaram e mantiveram, ao longo de aproximadamente 35 (trinta e cinco) anos, a produção e a reprodução da *imagem hegemônica* da cidade. Uma das principais questões *descortinadas* pela autora, e que para nós se constitui em premissa, é aquela que afirma que a *imagem da cidade* de Curitiba, é

... produzida, sobretudo, pela seleção simbólica de partes do espaço urbano que, no entanto, são tornadas referências expressivas da totalidade urbana. Ocorrem desta maneira, processos de exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais e culturais de apropriação (SÁNCHEZ, 1993, p.157).

Uma das omissões realizadas pelo processo de produção da *imagem da cidade* é em relação à *questão habitacional*. A *imagem* da “cidade-modelo” – ideologicamente – apresenta espaços em brancos, temas não-ditos ou lacunas. Para nós nos interessa a lacuna da questão habitacional. Tanto a *problemática habitacional* quanto as *práticas* do Poder Executivo Municipal no setor da habitação não estão presentes entre os elementos constitutivos da *imagem da cidade*.

Verificamos, em nosso processo de pesquisa, a ausência de referência à esse setor específico da Política Pública Municipal nos documentos oficiais do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)⁶. Documentos que por sua vez registram a experiência de planejamento vivenciada na capital paranaense destacando as intervenções urbanas – tornadas símbolos – que “alçaram” Curitiba à “capital de primeiro mundo”. Essa *aparente* lacuna, presente tanto na *imagem da cidade* quanto no *discurso* sobre a experiência curitibana de planejamento urbano, nos reportou à problemática da *ideologia*, e especificamente à do *discurso ideológico*, para compreensão do fenômeno social que nos dispomos a estudar⁷.

Neste contexto, colocam-se em relevo as seguintes indagações: quais seriam as implicações desse “espaço em branco” inerente à *imagem* – ideológica – *da cidade* na produção e apropriação do espaço na metrópole curitibana? O fato de o *discurso*, que fala sobre a experiência de planejamento urbano de Curitiba, representar uma realidade distorcida

ou parcial da metrópole e ocultar a *prática* relativa à habitação interferiu (e interfere) na forma de crescimento do território metropolitano?

A partir dessas perguntas/hipóteses nos aproximamos da questão teórica central que permeia este trabalho: em que medida podemos afirmar que a *ideologia* – situada no plano do imaginário – possibilita ou determina mudanças no espaço urbano – situado no plano da produção concreta? Sabemos que a *ideologia* inerente ao discurso (e a imagem) em questão situa-se no campo da *consciência* e, portanto – sozinha – não determinaria a *realidade*. Nesta perspectiva Marx e Engels (2002) irão afirmar, em *A ideologia alemã*, que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (p.23). Ou seja, a *ideologia* é produzida materialmente na (e pela) a sociedade. Supor o contrário, que as *idéias* por si só transformariam a realidade seria necessariamente ideológico, pois estaríamos deste modo, invertendo o processo social – tomando as conseqüências pelas causas.

No mesmo sentido Konder (2002) irá falar que “a ideologia, por definição, se atém ao que acontece na esfera da consciência do pensamento, das representações, sem poder dar conta da materialidade dos movimentos e das ações humanas” (p.194). Contudo, e apesar de, a ideologia não alterar – diretamente – a realidade, o mesmo autor ressalta que,

... a ideologia se limita, de fato, à esfera da consciência. Nessa esfera que a limita, entretanto, ela não deixa de incidir sobre as mudanças sociais, dificultando-as, desvirtuando-as, impedindo-as, ao mesmo tempo incitando à realização delas... (KONDER, 2002, p.146-147).

Nesta perspectiva, acredita-se que sim, a *ideologia* apresenta um “poder” de interferir na *realidade* na medida em que, através dela, “são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, e enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal” (CHAUÍ, 2006, p. 32). A representação da cidade, contida na *imagem* de Curitiba, oculta determinados processos e apresenta a *totalidade* da metrópole a partir de parcelas do espaço urbano concreto – selecionadas cuidadosamente – o que, do nosso ponto de vista, legitima uma *política específica* de intervenção no território que por sua vez reforça um determinado *tipo* de crescimento urbano. Ou seja, há uma íntima relação entre o *discurso* – ideológico – que fala sobre Curitiba (sua realidade e seu planejamento) e as *práticas* efetivadas na metrópole.

Deste modo, abordar a origem da *aparente* lacuna presente no *discurso* da “cidade-modelo” é para nós de suma importância. Que interesse é (ou quais interesses são) legitimado(s) pela ausência da questão da habitação no *discurso* da “cidade-modelo”? Que realidade, que porção do espaço, é escamoteada pelo *discurso lacunar*?

Para compreendermos esse “espaço em branco” resultante do processo de produção da *imagem da cidade* e estabelecermos a crítica em relação ao *discurso* que legitima essa representação da cidade – redutora e parcial – torna-se necessário recorrermos à obra de Marilena Chauí (2006). Essa autora irá nos advertir que o mero preenchimento dos “espaços em branco” no *discurso ideológico* não traz, como muitos teóricos imaginam, a suposta verdade. Ou seja, não o transforma em um “discurso verdadeiro”. Há a necessidade de, na perspectiva da filósofa, encontrar,

... uma via pela qual a contradição interna ao discurso ideológico o faça explodir. Evidentemente, não precisamos aguardar que a ideologia se esgote por si mesma, graças à contradição, mas trata-se de encontrar uma via pela qual a contradição ideológica se ponha em movimento e destrua a construção imaginária. Essa via é o que denomino discurso crítico. Este não é um outro discurso qualquer oposto ao ideológico, mas o antidiscurso da ideologia, o seu negativo, a sua contradição (CHAUI, 2006, p.33).

Nossa pretensão, nesta perspectiva é buscar a *contradição interna* do discurso ideológico da “cidade-modelo”. Para realizar tal feito, Chauí (2006) nos ensina que “a crítica da ideologia não se fará pelo contraponto de um segundo discurso, mas se fará dentro dela, isto é, pela elaboração de um discurso negativo no interior do discurso ideológico” (p.34). Objetivando ilustrar esse caminho – em direção à contradição interna do discurso – Marilena cita alguns exemplos e um deles parece melhor dialogar com a problemática deste trabalho.

A autora explica como os autores Edgar de Decca e Antônio Carlos Vesentini, em *A revolução do vencedor*, construíram um *contradiscurso* ou uma *crítica* à representação da “Revolução de 30”. O que para nós é relevante é o fato de que aqueles autores descortinaram o campo ideológico da representação da “Revolução de 30” mostrando que para a manutenção dessa representação “foi preciso que o pensamento dominante silenciasse um outro discurso, ocultasse uma outra prática...” (CHAUI, 2006, p.34). E foi *recuperando a prática*, escamoteada por aquela representação, que os autores – na visão de Chauí – conseguiram criticar a *idéia* da “Revolução de 30”.

Estabelecendo um “paralelo” com o presente trabalho, podemos afirmar que ao recuperarmos a *prática* ocultada pela *imagem da cidade*, estaremos explicitando a contradição interna do discurso da “cidade-modelo”. *Pois há uma prática cuja ausência no discurso ideológico depende a manutenção e reprodução da imagem da cidade.*

Neste sentido, explicitar a *cidade ocultada* pela *imagem*, é um dos passos necessários para desconstruirmos a *idéia* da “cidade-modelo”. Contudo, não partiremos dele, não iniciaremos por ele. Como já evidenciado anteriormente, e como aqui tratamos de expor o método de análise, o nosso ponto de partida (e de chegada) é a *ausência* da questão

habitacional no *discurso* hegemônico de Curitiba. Portanto, a partir da constatação dessa ausência, buscaremos reconstruir a *prática* ocultada pela *imagem da cidade*. Ou seja, partiremos do *discurso* da “cidade-modelo” para, na seqüência, procurarmos recuperar: a construção da *cidade ocultada* e as ações do Poder Executivo Municipal no setor da habitação.

Curitiba “cidade-modelo”: apresentação de um mito⁸

... o IPPUC e os Poderes Executivo e Legislativo do Município trabalharam em grande sintonia num incansável esforço conjunto para que Curitiba fosse uma das primeiras capitais do Brasil a adaptar seu Plano Diretor ao Estatuto da Cidade (IPPUC, 2004, p.07).

Com estas palavras, Jaime Lerner⁹ apresenta, sob o título: “Curitiba Planeja seus Avanços”, livro produzido pelo IPPUC no ano de 2004¹⁰. Este documento tem por objetivo, muito mais do que a divulgação da Lei Municipal do Plano Diretor aprovada, renovar a *idéia* de que em Curitiba o “planejamento urbano deu certo”. No texto de abertura do documento citado, Lerner afirma que o planejamento urbano em Curitiba não só deu certo, como também sempre apresentou um caráter inovador, criativo e de vanguarda. Características que se vêm renovadas, no *discurso*, com o “pioneirismo” do IPPUC em colocar a cidade de Curitiba entre as “primeiras capitais do Brasil a adaptar seu Plano Diretor ao Estatuto da Cidade”.

Curitiba não se tornou referência internacional em planejamento urbano apenas pelo seu pioneirismo em diversas questões, mas porque suas iniciativas realmente representaram avanços práticos na vida da cidade e de sua população. O IPPUC sempre esteve na condução destes avanços, inovando na utilização e introdução de conceitos e ações que hoje são reconhecidos como instrumentos universais de urbanismo (IPPUC, 2004, p.07).

A *idéia* de que o planejamento urbano colocou a cidade de Curitiba numa condição urbana privilegiada em relação as demais metrópoles brasileiras, não se deve apenas ao *discurso* técnico-oficial. A consolidação e reprodução desta visão, da “capital de primeiro mundo”, são partes de um processo maior de “construção social da imagem hegemônica da cidade”. Este processo teve início, de acordo com Sánchez (1993), na década de 70 e apresenta desdobramentos, do ponto de vista aqui estabelecido, até os dias de hoje. A *imagem* da cidade, na perspectiva daquela autora, foi estrategicamente concebida, articulando elementos construídos da paisagem urbana – tornados símbolos – com um forte e eficiente marketing social.

Articulando mecanismos de reforço da imagem e de adesão social, a cidade surge, no discurso e na prática do planejamento, como totalidade atualizada mediante o recurso a símbolos, de ampla aceitação, que compõem a leitura recorrente e reiterativa do espaço coletivo. A totalidade urbana é capturada e construída à luz do projeto dominante de modernização do espaço [...] a linguagem articuladora de

símbolos organiza a realidade urbana, é parte dela; não esconde a materialidade da cidade mas a deforma; não é mentira mas uma construção social e histórica que, portanto, organiza de maneira seletiva esta realidade [...] a linguagem mítica não nega os fatos; a sua função é falar deles, depurá-los, inocentá-los, naturalizá-los. Entre os cidadãos e a cidade estão os meios tecnológicos de comunicação. Eles não informam sobre a cidade, eles a refazem à sua maneira, hiper-realizam a cidade transformando-a num espetáculo (SÁNCHEZ, 1993, p.171).

Nesta perspectiva, qual seria espetáculo montado? Quais são os símbolos que estruturam a (re) produção e consolidação da *imagem* da cidade? Pretende-se, a partir da obra de Fernanda Sánchez (1993), apresentar os elementos constitutivos da *imagem* hegemônica da “cidade modelo”, buscando, desta forma, explicitar – por contraste – que a habitação não faz parte do imaginário social construído em torno da experiência curitibana de planejamento urbano. Cabe ressaltar que as intervenções urbanísticas realizadas não serão objeto de análise neste trabalho, nosso objetivo – nesta parte do texto – é o de *identificar* os elementos urbanos que compõem a *imagem* da cidade de Curitiba e estão presentes no *discurso* da “cidade modelo”.

Os elementos constitutivos do discurso (da imagem) da “cidade modelo”

Vimos que a *imagem da cidade* é produzida a partir da seleção de *partes* do espaço urbano que, no entanto, aparecem como referências expressivas da totalidade urbana da metrópole (SÁNCHEZ, 1993). Trata-se de uma associação entre determinadas políticas urbanas concretizadas na cidade com parcelas específicas do território de Curitiba.

Monta-se, desta forma, o cenário do espetáculo que no *discurso* aparece de forma articulada e coerente. A *aparente* unidade do “cenário” – constantemente renovada – alimenta o “imaginário social” do curitibano que legitima, de maneira alienada, a prática do planejamento urbano local. Neste sentido quais seriam essas partes? Quais seriam os fragmentos que compõem a *imagem* da cidade?¹¹

Apresentando pistas para responder essas questões, Sánchez (1993) afirma que “a proposta dos *setores estruturais* e o redesenho do *centro da cidade* constituem-se [...] nas principais marcas da intervenção urbanística implementada pelo IPPUC na década de 70 [...]”(p.93)¹². Nas palavras do próprio instituto,

Em 1966 a cidade altera sua estrutura radial e concêntrica. O Plano Diretor pactua a diretriz de imprimir linearidade ao desenvolvimento urbano. O zoneamento é utilizado então para redirecionar a ocupação tradicional do solo. A Lei nº 2828, de 1966, na Seção referente ao Zoneamento do Solo Urbano, disciplina a Zona Central, estabelece os Setores Estruturais para a expansão linear da cidade, define as Zonas Residenciais e reserva áreas para a futura expansão do perímetro urbano (IPPUC, 2004, p.32).

Dos setores estruturais destacamos, como elemento de grande relevância na composição da *imagem* de Curitiba, o transporte coletivo. Talvez o elemento que alcançou maior projeção nacional e internacional das propostas “inovadoras” da experiência curitibana de planejamento urbano.

Nos anos 90, o referido elemento retoma seu destaque na cena urbana com a criação do ônibus “ligeirinho” e das chamadas “estações tubo”¹³. A abrangência nacional das intervenções urbanísticas realizadas no campo do transporte coletivo em Curitiba é evidente. A capital paranaense lançou-se nacionalmente como a cidade onde o transporte coletivo funciona. Nas palavras de Carlos Eduardo Ceneviva¹⁴,

Forte reação houve de toda a imprensa. Isso era diário. Eu me lembro, depois, da admiração. As pessoas ficavam admiradas com as coisas que aqui estavam acontecendo. O Brasil inteiro começou a tomar conhecimento de que coisas novas estavam acontecendo em Curitiba (IPPUC, 1990, p.36).

Em relação ao “redesenho do centro da cidade”, ressalta-se, como uma das principais marcas do planejamento urbano curitibano, o “calçadão da Rua XV” (SÁNCHEZ, 1993). O fechamento da Rua XV – também conhecida como Rua das Flores – para pedestres, juntamente com a implantação de mobiliário urbano específico, compõe de acordo com a autora, a outra face da *imagem* da cidade.

Outros elementos também tiveram grande veiculação na mídia local, com desdobramentos em nível nacional e internacional. No mesmo período das intervenções urbanísticas acima citadas (década de 70 – primeira gestão de Jaime Lerner), destaca-se também a criação da Cidade Industrial de Curitiba – CIC.

A CIC (Cidade Industrial de Curitiba), outro projeto importante, foi pensada não como distrito industrial, mas como um espaço ligado à cidade, onde pudessem conviver a indústria, a moradia e os equipamentos. Na época, a idéia em todo o País era a de se fazer distritos industriais isolados. Tem-se assim um gueto de indústrias. Tentou-se, então, acoplar a Cidade Industrial à cidade de Curitiba, para permitir aos moradores da Curitiba a proximidade com a área industrial, isto é, morar em Curitiba e através de um sistema urbano atingir o local das indústrias. Assim é que a CIC funciona, como um setor de Curitiba e não como um distrito industrial totalmente afastado [...] Todas essas foram idéias novas mesmo em relação ao País. Aqui se trabalhava diferente em planejamento urbano (IPPUC, 1990, p.16).

Pode-se perceber que a *imagem da cidade* faz referência às intervenções realizadas no campo do sistema viário, do transporte coletivo, da industrialização e do desenho urbano. Outro elemento importante que também ganha relevo na *imagem* de Curitiba é a questão ambiental. A implantação de ciclovias e parques urbanos é tornada – no *discurso* – modelo de qualidade de vida e de preservação ambiental em meio a um processo mundial de degradação do meio ambiente.

O *discurso* se renova e mais recentemente (década de 90) ganha novos elementos e reinterpreta elementos antigos. Entre os elementos novos, destacam-se a Ópera de Arame, o Jardim Botânico e a Rua 24 Horas¹⁵.

Diversos projetos, de porte inferior e de menor abrangência e impacto na cidade, foram implementados. Não cabe descrever cada intervenção urbana realizada, pois na perspectiva estabelecida por Sánchez (1993), da qual se compartilha neste texto, os novos elementos constitutivos do *discurso* objetivaram (objetivam) renovar a *idéia*, esboçada na fala de Lerner (citada no início deste item), de que Curitiba “planeja seus avanços”.

O projeto de ‘lançamento’ de cada novo ‘produto’ costuma ser minuciosamente planejado. O objetivo a ser alcançado é diferenciá-lo, de forma revolucionária, dos outros produtos em circulação e conquistar ampla adesão social. O discurso modernizante opera com eficiência e reforça, a cada passo, a *idéia* básica já contida na imagem sintética dos anos 70: Curitiba-vanguarda, adiantando-se ao futuro (SÁNCHEZ, 1993, p.120).

Buscou-se, ainda que de maneira sucinta, apresentar alguns subsídios que possibilitam a identificação dos principais elementos constituintes do *discurso* dominante da “cidade modelo”. O objetivo, neste sentido, não foi o de esmiuçar o processo social que envolveu a construção da *imagem* hegemônica de Curitiba e sim de explicitar seus principais componentes.

Pôde-se perceber a recorrência, no *discurso*, da *idéia* da inovação. O caráter inovativo da experiência curitibana é atribuído, no *discurso*, às principais intervenções urbanísticas realizadas nas três gestões de Jaime Lerner, na gestão de Rafael Greca e mais recentemente nas gestões de Cássio Taniguchi (todas as gestões associadas ao mesmo grupo técnico-político).

Os principais elementos, que articulados – no discurso –, montam o cenário espetáculo da “cidade modelo”, seriam, na perspectiva apresentada neste texto: os setores estruturais, o calçadão da Rua XV, a CIC, os parques urbanos, e mais recentemente a Ópera de Arame, o Jardim Botânico e a Rua 24 Horas. Estes são, de acordo com Sánchez (1993), os elementos que maior destaque tiveram na mídia local, com desdobramentos nacionais e em alguns casos internacionais. Entretanto, outros elementos, de maneira efêmera, tomaram a cena do espetáculo com o intuito de manter “viva” a *imagem* da “cidade modelo”. De acordo com a autora,

As realizações urbanas são tornadas mercadorias, produtos de consumo que acompanham um ritmo frenético de ‘renovação de idéias’. Acima de tudo, cada intervenção é uma renovada celebração à técnica enquanto marco espetacularizado da ‘cidade que não pára de inovar’. A intensificação da produção de novidades, verificada tanto no conjunto de realizações recentes quanto nas permanentes reurbanizações dos espaços-símbolos já consagrados, transcende as necessidades

políticas locais imediatas e transforma-se em efeito útil na demonstração do que o planejamento pode realizar (SÁNCHEZ, 1993, p.178).

Do ponto de vista aqui estabelecido, há uma cidade real que está atrás das “cortinas” do espetáculo. Há, ainda, uma questão urbana que – no cenário – não foi objeto de “soluções inovadoras”. O *discurso* articula elementos que tratam dos principais “problemas urbanos”: o transporte coletivo, o sistema viário, o meio ambiente, o lazer, a cultura, o emprego, o patrimônio histórico, entre outros. Entretanto identifica-se uma “lacuna”, uma ausência no *discurso* da “cidade modelo”. A *questão habitacional* não aparece no *discurso* dominante quando se faz referência à experiência de planejamento urbano de Curitiba. Isso não quer dizer que ela não exista, ou ainda que não haja atuação do Poder Executivo local neste setor. A ausência discursiva apenas explícita que este elemento não compõe o cenário da cidade espetáculo, ou seja, não está no imaginário do curitibano e, nem tão pouco faz parte da *imagem* da cidade veiculada a nível nacional e internacional.

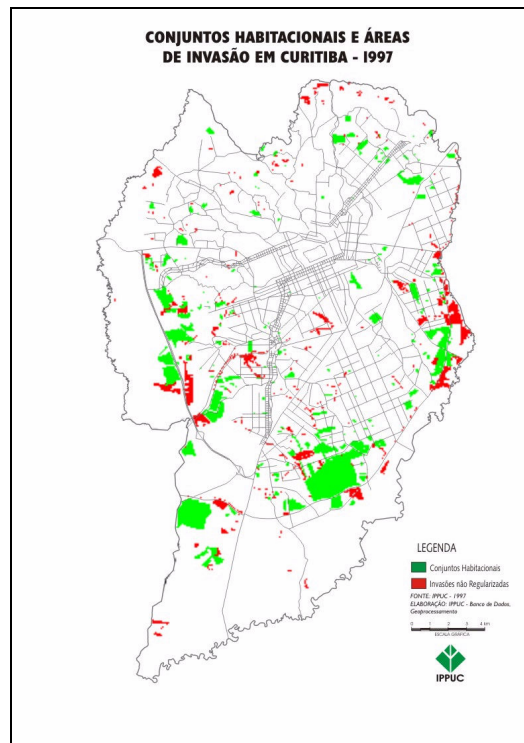
A metrópole curitibana: um exercício de recuperação da prática ocultada pelo *discurso* da “cidade-modelo”

Para compreensão da não referência à habitação no *discurso* da “cidade-modelo” havíamos – no início de nossa pesquisa – formulado algumas hipóteses, que supostamente explicariam a lacuna na *imagem* de Curitiba. Contudo no desenvolvimento de nosso trabalho tais questões (hipóteses) foram descartadas e se constituíram em bases sólidas para avançarmos no caminho de nossa investigação, neste sentido desmistificando algumas *idéias* pré-estabelecidas. Destacaremos dois daqueles questionamentos anteriormente definidos com o objetivo de ilustrar nossas primeiras conclusões que por sua vez fizeram explicitar faces da cidade ocultadas pela *imagem*.

A primeira hipótese previamente definida era: a habitação não aparece no *discurso* sobre a experiência de planejamento urbano de Curitiba *porque não há ação do poder executivo local neste setor e, portanto não há como construir uma idéia sem dispor de uma base material*. No entanto, verificou-se no desenvolvimento de nosso estudo que sim, o Poder Executivo Municipal atua no setor da habitação – em Curitiba e Região Metropolitana –, muitas vezes de forma articulada entre o IPPUC e a Companhia Popular de Habitação de Curitiba (COHAB-CT). Elementos importantes emergiram dessa investigação prévia sobre as políticas, programas e projetos habitacionais elaborados pela municipalidade. O que consideramos de maior relevância foi a relação identificada entre essa *ação* e o processo de

segregação observado na metrópole. Os conjuntos habitacionais, loteamentos de interesse social e demais ações da COHAB-CT tendem a concentrar-se em parcelas específicas do território de Curitiba (ver Mapa 01). Exatamente nas regiões onde também se localizam as chamadas *ocupações irregulares* do Município. Portanto a ação do Poder Executivo de Curitiba reafirma e consolida um processo social de *segregação espacial* inerente às metrópoles brasileiras¹⁶.

Mapa 01: Conjuntos habitacionais e Áreas de invasão em Curitiba - 1997



Fonte: IPPUC (1997).

Em sentido “oposto”, percebe-se que os *espaços segregados* às camadas da população curitibana de mais alta renda são justamente as porções do território da metrópole que comportam as *partes* do espaço urbano que são – simbolicamente – selecionadas para composição da *imagem da cidade*. A estrutura segregada de Curitiba possibilita que a *idéia* da “cidade-modelo” reflita uma versão da *realidade* e desta forma se mantenha sob uma base material passível de interação com as populações da metrópole. Até mesmo para quem visita a metrópole, ou passe por ela, a experiência vivenciada reforçará a *imagem* e raramente permitirá a produção de um olhar questionador ou crítico relativo à *idéia* de sucesso do planejamento urbano de Curitiba.

Lefebvre (1972), em sua obra *O pensamento marxista e a cidade*, citando o texto de Friedrich Engels – *A Situação da Classe Operária na Inglaterra* – traz contribuições fundamentais em relação à questão da *segregação* ao afirmar que,

A segregação, espontânea, talvez <<inconsciente>>, nem por isso é menos rigorosa e afeta simultaneamente a cidade em si e a sua imagem cidadina, <<construída de tal maneira que se pode habitá-la anos a fio, sair e entrar nela todos os dias sem jamais entrever um bairro operário nem sequer encontrar operários... >> [...] <<Os bairros operários, tanto por acordo inconsciente e tácito como por intuição consciente e confessada, estão rigorosamente separados das zonas da cidade reservadas à classe média>> (LEFEBVRE, 1972, p.19).

Nesta perspectiva a *imagem da cidade* encontra no espaço concreto um forte aliado, que entre outras determinações a sustenta: o processo de *segregação espacial* da metrópole. Em relação a este processo Sánchez (2003) afirma que,

O espaço urbano-metropolitano é marcadamente contraditório: a destacada ‘qualidade de vida’, o ‘padrão urbanístico inovador’ e os equipamentos urbanos que deram notoriedade ao chamado ‘modelo-Curitiba’ concentram-se nas áreas centrais e nobres em detrimento de extensa periferia desprovida de infra-estrutura, interna e externa ao município, evidentemente distante do ‘modelo’ (SÁNCHEZ, 2003, p.191).

A outra hipótese previamente estabelecida era a de que a *omissão* da questão habitacional apoiava-se especialmente no fato de que *o problema habitacional se concentrava nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e nesta perspectiva não seria um problema da “cidade-modelo”*. Vimos, contudo que apesar das maiores favelas estarem localizadas nos municípios limítrofes a cidade pólo da RMC¹⁷, dos quase 330.000 habitantes residentes em ocupações irregulares na Região Metropolitana, aproximadamente 219.000 moram em Curitiba (ver Tabela 01). O que representa a concentração de 66% dessa população, em situação de *informalidade urbana*, na cidade de Curitiba.

Tabela 01: Áreas, domicílios e Ocupações Irregulares na RMC – 1997/1998¹⁸

Município	áreas	Domicílios	população	Município	áreas	domicílios	população
Adrianópolis	2	93	362	Doutor Ulysses			
Agudos do Sul				Fazenda Rio Grande	23	1557	6103
Almirante Tamandaré	88	4785	18518	Itaperuçu	16	572	2237
Araucária	64	1621	6306	Mandirituba	3	31	119
Balsa Nova				Pinhais	24	2241	8337
Bocaiúva do Sul	7	127	481	Piraquara	47	4229	14167
Campina Grande do Sul	13	584	2318	Quatro Barras			
Campo Largo	53	1723	6496	Quitandinha			
Campo Magro	9	730	2825	Rio Branco do Sul	13	817	3137
Cerro Azul	3	42	162	São José dos			
Colombo	92	6253	24199	Pinhais	69	3845	14496
Contenda	3	66	266	Tijucas do Sul			
Curitiba	242	52042	218576	Tunas do Paraná	2	22	
				TOTAL - RMC	576	68066	280509

Fonte: COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Pesquisa de Campo) - IBGE - Censo Demográfico 1991 - IBGE Contagem da População 1996 (Valores Veiculados para criação de novos Municípios - 1997) - IPPUC - Banco de Dados (Pesquisa de Campo 1996/1997)

Elaboração: IPPUC/Banco de Dados

A partir da realização dessas primeiras aproximações em relação às *práticas ocultadas pela imagem da cidade*, pode-se afirmar que o *discurso* da “cidade-modelo” é um *discurso ideológico* onde um dos termos ausentes é a *questão habitacional*. Este *discurso*, que dissemina a *imagem da cidade*, “se sustenta, justamente, porque *não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer*. Se o disser, se preencher todas as lacunas, ele se autodestrói como ideologia” (CHAUI, 2006, p.33). A *ideologia* inerente ao *discurso* é o que importa. E objetivando mantê-la intacta, e reproduzi-la, o *discurso* historicamente sofreu (e sofre) ajustes e adaptações. A *idéia* é aquela que afirma o “sucesso” do planejamento urbano curitibano; é aquela que diz que em Curitiba o planejamento urbano “deu certo”, nas palavras de Sánchez (1993), “[...] discurso construído em torno à cidade modelo constitui-se sobretudo em discurso reiterador e legitimador do planejamento. Nele, o espaço urbano é lido como dependente daqueles que o engendram por deterem o domínio da técnica urbanística” (p.176).

No desenvolvimento de nossa pesquisa, verificamos um elemento – no processo de ocultamento e distorsão da realidade habitacional da metrópole curitibana – que para nós merece destaque e maior atenção. Identificamos que, ao lado do *discurso dominante* da “cidade-modelo” é construído – contraditoriamente – um *outro discurso*, um *discurso* sobre a habitação. Tal *discurso* é elaborado no interior do Poder Executivo Municipal e, na nossa perspectiva, objetiva justificar as contradições urbanas na metrópole e legitimar as ações da Administração Municipal no setor da habitação. No presente trabalho, chamaremos esse *discurso* de *discurso oficial* ou *discurso* sobre habitação.

Observamos que tal e qual o *discurso dominante*, o *discurso* sobre a habitação sofreu (e sofre) historicamente adaptações e reparos. Constatou-se que a forma e o conteúdo desse *discurso* (da habitação) alteram-se a medida que as contradições urbanas na metrópole se aprofundam e a medida que a *prática* do Executivo Municipal no setor habitacional é modificada. Percebeu-se que as mudanças produzidas no âmbito do conteúdo desse *discurso* não ameaçam a *idéia* de que em Curitiba o planejamento urbano “deu certo”. Mesmo quando, a partir da década de 90, o *discurso* sobre a habitação passa a reconhecer e dimensionar a *problemática habitacional* na “cidade-modelo” igualando-a neste “requisito” às demais metrópoles brasileiras. Há, portanto uma relação de complementaridade (e não de oposição), realizada no plano do *discurso*, entre a *fala* sobre a *questão habitacional* e a *idéia* da “cidade-modelo”.

Curitiba, praticamente dobrou sua população [...] Esse crescimento tem sido controlado com razoável eficiência cabendo destacar a vanguarda nas soluções para o transporte de massa e controle ambiental que faz de Curitiba uma das cidades com melhores condições de vida do País [discurso hegemônico da “cidade-modelo”].

Todavia, a questão habitacional extrapola os limites passíveis de atuação mesmo que aqui se tenham implementados programas habitacionais alternativos para atendimento da população de baixa renda, tais como a autoconstrução e projetos parcerias envolvendo a iniciativa privada [discurso sobre a questão habitacional] (IPPUC, 1991, p.03).

Aparentemente opostos, os dois discursos são partes diferentes de um mesmo movimento. Movimento pelo qual afirma-se a validade, o sucesso e a eficácia do planejamento urbano curitibano. A compreensão de que a questão habitacional “extrapola os limites de atuação”, isenta o Poder Local, e especificamente o planejamento urbano, de qualquer possibilidade de intervenção transformadora da realidade. Assim sendo, reconhece-se, de um lado a perversidade da metrópole com todas as suas contradições, e de outro os êxitos de uma prática de planejamento urbano “modelo”, o qual por sua vez nada pode fazer em relação à habitação tendo em vista que se trata de um problema que ultrapassa o alcance das ações locais da Administração Pública¹⁹. Para compreensão dessa relação funcional entre os dois *discursos* citados, apresentamos na sequência – de maneira sucinta – os principais elementos que estruturam a fala do Poder Executivo local sobre a habitação.

O discurso sobre a habitação

A partir da leitura e da exploração crítica de materiais discursivos específicos²⁰, foi possível fazermos um reconhecimento da estrutura e do conteúdo do *discurso* elaborado no interior do Poder Executivo Municipal de Curitiba sobre a habitação. O primeiro elemento que salta aos olhos no conteúdo discursivo analisado é a afirmação de uma *suposta ruptura na forma de conceber a Política Habitacional* no Município ocorrida ao final da década de 70 (período referente ao início do processo de produção da *imagem da cidade*). De acordo com os documentos investigados tal mudança se refere, sucintamente, à construção de conjuntos habitacionais supostamente integrados à cidade caracterizados pela diversidade nas tipologias habitacionais. Esta concepção estaria assentada numa corrente contrária à que pregava a construção de grandes conjuntos habitacionais localizados em regiões periféricas e que teria sido dominante em Curitiba até a segunda metade da década de 70.

O segundo elemento se refere à *problemática habitacional*: a forma de classificar e dimensionar o problema da habitação pelo Poder Executivo de Curitiba. De acordo, com a Administração Pública local, até a década de 80 o Município não apresentava grandes problemas em relação à carência de moradia. Na perspectiva do IPPUC, as favelas em Curitiba, até o período citado, eram pequenas e em sua maioria não consolidadas, tratavam-se de ocupações recentes geralmente localizadas em áreas de risco. A habitação passaria a ser

reconhecida como um “problema” para o Município a partir da década de 80. A origem do forte crescimento de favelas experimentado, a partir daquele período, é atribuída – no *discurso* – à extinção do BNH e ao empobrecimento da população. Para Rafael Dely²¹,

Acho que até a gestão de Saul Raiz [1975-1979], Curitiba não tinha grande carência de moradia popular. O contingente a ser atendido era pequeno; a produção da COHAB-CT por pouca que fosse dava resposta à demanda. No entanto, a partir de 1976, a questão da favela começou a tomar um dimensionamento mais dramático, fruto do empobrecimento da população (IPPUC, 1990, p.19).

O último elemento que podemos ressaltar no discurso sobre a habitação é o destaque, a partir da década de 90, para as *soluções alternativas* estabelecidas pelo Município para o enfrentamento da problemática habitacional na metrópole. Aqui se percebe uma tentativa em caracterizar as práticas municipais mais recentes no setor da habitação como inovadoras e criativas. Desta forma buscando assentar a questão habitacional na mesma matriz discursiva da “cidade-modelo”.

No final dos anos 80, face à crise do SFH e conseqüentemente interrupção de recursos federais, coube ao Município a implantação de programas habitacionais alternativos para o atendimento da demanda crescente. Os loteamentos populares para auto-construção passaram a ser predominantes (IPPUC, 2002, p.73).

A partir dos elementos expostos acima, formulamos algumas hipóteses – apresentadas na sequência – explicativas: (i) da relação – funcional – entre o *discurso* dominante da “cidade-modelo” e o *discurso* sobre a habitação e (ii) da relação duplamente determinada entre esses *discursos* e o processo concreto de segregação experimentado historicamente pela metrópole curitibana.

Considerações finais: hipóteses sobre a omissão da questão habitacional no *discurso* (na *imagem*) da “cidade-modelo”

A hipótese principal formulada é de que a ausência de referência à prática habitacional no discurso dominante sobre Curitiba e a construção de um outro discurso sobre a questão habitacional na metrópole são duas faces, aparentemente opostas e desvinculadas, de um mesmo movimento. Tal movimento por sua vez busca manter constantemente renovada a idéia de sucesso da experiência curitibana de planejamento urbano.

Enquanto que nos anos 70 e primeira metade da década de 80, a conjuntura política nacional favorecia a execução de uma política local autoritária e segregadora, reproduziu-se na metrópole curitibana, durante este período, ações que objetivavam exclusivamente a extinção das favelas da “cidade-modelo”. Tais ações encontraram suporte e

eram legitimadas por uma leitura ideológica da problemática que afirmava que à época o número de assentamentos irregulares em Curitiba era pouco representativo, e por se tratarem de ocupações recentes, a melhor alternativa para resolução do problema era a completa remoção das favelas e o reassentamento das famílias em conjuntos habitacionais supostamente “integrados à cidade”. De acordo com Dely,

No caso de Curitiba, as favelas são, via de regra, formações pequenas e recentes – ainda não se consolidaram como comunidade – e, salvo raras exceções, encontram-se localizadas em áreas de risco, insalubres e sujeitas a inundações. Um outro fator é a escala da cidade. Curitiba, pela sua dimensão, ainda permite que a relocação de uma favela possa se dar para um lugar cuja distância do mercado de trabalho seja quase idêntica à posição original. Portanto cada caso é um caso, e essa questão de generalizar, ou seja, sempre a solução é urbanizar, relocação é crime, etc., é história teórica (IPPUC, 1990, p.19-20).

Na medida em que a conjuntura política da nação (redemocratização do país) e a realidade concreta de Curitiba (aprofundamento das contradições urbanas) não mais autorizavam a efetivação de políticas de desfavelamento, emergiu a necessidade em reconhecer e dimensionar a problemática habitacional na “cidade-modelo”. Formulou-se, no final da década de 80, o chamado *problema insolúvel*. A explicitação de que há carência de moradia adequada na “cidade-planejada” nem se quer ameaçou (e ameaça) a *imagem* de Curitiba, tendo em vista que o “problema” foi (e é) construído de tal forma que não se esperava, e nem se pretendia, que fosse resolvido pelo governo local. Neste contexto, coube então à municipalidade o estabelecimento de soluções alternativas, que por sua vez não tinham o compromisso em resolver a questão já que se tratavam de programas e projetos alternativos à crise instaurada pela extinção do BNH e pelo empobrecimento da população.

O impacto destas altas taxas de crescimento sobre o espaço urbano intensificou-se a partir da década de 80, quando a extinção do Banco Nacional de Habitação – BNH diminuiu drasticamente a oferta de habitação popular dotada de infra-estrutura mínima. Aliado ao agravamento da situação econômica do país, o crescimento descontrolado gerou um intenso processo de favelização, que resultou no surgimento de bolsões de pobreza caracterizados como focos de degradação, violência e risco tanto para a população ali assentada como para toda a região (IPPUC, 2003, p.05).

Verificou-se, portanto que, nos dois períodos históricos citados, a ausência da habitação justificou-se – no discurso – por intermédio da articulação de leituras *ideológicas* da problemática habitacional na metrópole curitibana, ora com práticas de natureza autoritária e segregacionista, ora com a redução do papel do Executivo local no setor da habitação.

Num primeiro momento a lacuna se dá pelo fato de que o “problema habitacional”, naquela ocasião (até meados da década de 80), era de pequenas proporções, e neste sentido, tornava-se razoavelmente compreensível a omissão da questão habitacional na pauta das políticas públicas locais. Já nas décadas seguintes a lacuna se sustentou (e se

sustenta) na medida em que o “problema habitacional” adquire dimensões alarmantes que extrapolam a alçada do Poder Executivo Municipal, desta forma cabendo ao governo local apenas a função de mediador entre a iniciativa privada e a população de baixa renda.

Paralelamente a este processo de ajustes realizado no campo do *discurso* sobre a habitação, consolidava-se – desde a década de 70 – a imagem da “cidade-modelo” pautada na *idéia* de sucesso do planejamento urbano local. A *ideologia* inerente a *imagem da cidade* apresenta – ainda hoje – uma *base material* sólida e passível de interação com a população do Município. Ou seja, os elementos constitutivos do *discurso* dominante (da “cidade-modelo”), são elementos urbanos concretos inseridos no cotidiano da vida urbana do curitibano: pontos de ônibus, parques urbanos, terminais de integração, equipamentos e mobiliários urbanos e similares. Talvez aí repouse o sucesso da *ideologia* da “cidade-modelo”. Terry Eagleton (1997), em sua obra *Ideologia*, afirmará que,

As ideologias para serem verdadeiramente eficazes, devem dar algum sentido, por menor que seja, à experiência das pessoas; devem ajustar-se, em alguma medida, ao que elas conhecem da realidade social com base em sua interação prática com esta (...) Em resumo, para terem êxito, as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada (EAGLETON, 1997, p.26).

A versão de Curitiba que é representada na *imagem da cidade* corresponde concretamente a determinadas porções do território do Município. Porções estas que foram historicamente “protegidas” das favelas e das populações que nelas residiam (residem). Se antes o governo local dispunha de legitimidade para garantir autoritariamente a “ordem urbana” nos redutos da “cidade-modelo”, mediante a remoção de qualquer forma de ocupação que manifestasse as contradições e os conflitos urbanos na metrópole planejada. Nas últimas décadas, o Poder Executivo Municipal repassou esta “função” à iniciativa privada – legitimado pela *ideologia* neoliberal. Por intermédio das “parcerias público-privadas” são produzidos loteamentos, chamados de interesse social, localizados em regiões mais “adequadas do ponto de vista estratégico do planejamento urbano local”²² e mais lucrativas do ponto de vista do empreendedor privado.

Reproduz-se desta maneira, fazendo referência a Ermínia Maricato (2000), um incontável número de *idéias* novas que alimentam o imaginário social do curitibano e sustentam a *imagem* da “cidade modelo” ao mesmo tempo em que, um lugar se reproduz sem que dele se ocupem as *idéias*, o *discurso*, a *imagem*, os olhos e a mente do curitibano.

Referências bibliográficas

CHAUÍ, Marilena. “Crítica e ideologia”. In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2006.

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*; tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. *O planejamento urbano de Curitiba: Plano Diretor de 2004*. Curitiba: IPPUC, 2004.

_____. *Qualidade de vida: habitação*. Curitiba: IPPUC, 2003.

_____. *Projeto Sítio Cercado*. Curitiba: IPPUC, 1991.

_____. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba: IPPUC, 1990. (Depoimentos, 2).

_____. *Diretrizes para a política habitacional*. Curitiba: IPPUC, 1989.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 1. ed. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2003.

_____. *Curitiba imagem e mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Tradução: Maria Idalina Furtado. Lisboa: Ed.Ulisseia, 1972.

MARICATO, Ermínia. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil”. In: ARANTES, Otilia B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. *O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos*, Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã, 1º capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach*; tradução Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

¹ Entre os “modelos” podemos citar o planejamento urbano de viés *ideologicamente* tecnocrático que teve grande influência entre os planejadores brasileiros nas décadas de 70 e 80 e mais recentemente o chamado *planejamento estratégico* de cidades, o *city marketing* e o *urbanismo-espetáculo*. Sobre o tema ver: ARANTES, Otilia B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. *O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos*, Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000; SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 1. ed. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2003.

² Sobre o tema recomendamos a leitura das obras: MARICATO, Ermínia. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil”. In: ARANTES, Otilia B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. *O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos*, Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, e CARDOSO, Adauto Lucio. “Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências”. In: *Espaço & Debate*, nº 37, Ano XIV, Neru/FAU-USP, São Paulo, 1994; VILLAÇA, Flávio; “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”. In DEÁK C. e SCHIFFER, S. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo, Edusp/Fupam, 1999.

³ Cabe ressaltar que este trabalho faz parte de nossa pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento – financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

⁴ De acordo com Sánchez (2003, p.191) Curitiba ocupa o 5º lugar entre os municípios brasileiros com maior número de favelas, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Guarulhos.

⁵ Aqui se entende o termo *produção* no seu sentido *lato*, muito mais abrangente do que aquele vinculado à economia. O filósofo Henri Lefebvre faz essa distinção – entre o sentido *lato* e sentido *stricto* do termo – em suas obras para tratar da problemática da *produção do espaço*. Para ele a *produção* se refere a “produção de coisas (produtos) e de obras, de idéias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdade”. (LEFEBVRE, 1972:38). Portanto nesta acepção do termo, a *produção do espaço* compreenderá a produção de *ideologias*, do *urbanismo* enquanto *idéia* e por sua vez do *planejamento urbano* enquanto *discurso* do Estado. Neste sentido a forma específica de *produção do espaço* brasileiro, compreende necessariamente o *planejamento urbano* brasileiro – ação do Estado sobre a organização do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2004:173) – mesmo que este tenha se situado – historicamente – muitas vezes apenas no plano do *discurso*.

⁶ O IPPUC – autarquia municipal – foi criado em dezembro de 1965.

⁷ Deve-se destacar que neste trabalho faremos referência aos termos *imagem* e *discurso* como sinônimos mesmo sabendo que se tratam de categorias de natureza distinta. Isso se deve ao fato de que para os objetivos do presente trabalho nos importa menos a relação entre as categorias citadas e mais a relação entre o campo em que se situam tais categorias (plano das *ideias* e do *imaginário*) com o campo da produção *concreta* do espaço.

⁸ Este subtítulo foi inspirado no capítulo I da tese de doutorado do Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira: *São Paulo Cidade Global: apresentação de um mito*. FERREIRA, João S. W. *São Paulo: o mito da cidade-global*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

⁹ Arquiteto e Urbanista, membro do Grupo Local de Acompanhamento criado para elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo (1965), Presidente do IPPUC (1968-1969), por três vezes prefeito de Curitiba (1971-1974; 1979-1983; 1989-1992), ex-governador do Estado do Paraná e atualmente ocupa a cadeira de Presidente da União Internacional dos Arquitetos – UIA.

¹⁰ O conteúdo deste documento se refere ao processo recente realizado no Município de adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade, além disso, faz um resgate histórico do planejamento urbano praticado pelo IPPUC desde a aprovação do Plano Diretor de 1966.

¹¹ Cabe destacar que não faremos aqui uma abordagem das determinações do alcance do projeto efetivado em Curitiba, pois nos interessa apenas saber quais são os elementos constitutivos da *imagem da cidade*.

¹² Os setores estruturais são eixos viários compostos por três vias que cruzam a cidade nos sentidos leste – oeste e norte – sul. Duas vias são de tráfego rápido e funcionam como um binário, com mão única em sentidos opostos (bairro/centro e centro/bairro). A via central é composta, por sua vez, de três pistas. As pistas laterais comportam o fluxo lento de veículos, nos dois sentidos, e a pista central é exclusiva para a circulação do transporte coletivo, a chamada “canaleta do expresso”.

¹³ “Os “ligeirinhos” ou linhas diretas são ônibus especiais, sem degraus, catracas e cobradores, com paradas somente em estações tubo” (SÁNCHEZ,1993, p. 124).

¹⁴ Arquiteto e Urbanista, foi diretor-presidente do IPPUC (1979-1981).

¹⁵ Ópera de Arame: espaço para espetáculos construído na cratera de uma pedreira desativada; Jardim Botânico: parque urbano, localizado próximo ao centro da cidade e Rua 24 horas: rua comercial fechada, localizada no centro da cidade com funcionamento de 24 horas.

¹⁶ Em relação ao processo de *segregação* nas metrópoles brasileiras ver: VILLAÇA, Flávio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

¹⁷ Referimos-nos aos assentamentos: *Zumbi do Palmares* localizado no Município de Colombo e *Guarituba* no Município de Piraquara.

¹⁸ Para cálculo da população foi usado a média 4,2 pessoas/domicílios.

¹⁹ Aqui cabe ressaltar que não somos contrários à interpretação de que o “problema habitacional” é estrutural. Ele é tão estrutural e, ao mesmo tempo mediado pelas condições locais, como qualquer outro dito “problema urbano”.

²⁰ Foram estudados os conteúdos dos planos, projetos, políticas e estudos elaborados, em sua maioria, pelo IPPUC que tratam especificamente da questão habitacional na metrópole. Também fizeram parte do material discursivo analisado, as Leis Municipais, de iniciativa do Executivo, que dispõem sobre a Política Habitacional do Município e sobre a regulamentação de planos, programas e instrumentos urbanísticos voltados ao tratamento da problemática habitacional em Curitiba.

²¹ Arquiteto e Urbanista, formado pela UFPR, foi integrante do corpo técnico do IPPUC (1967-1968), diretor-presidente do IPPUC (1972-1975) – primeira gestão de Jaime Lerner – e presidente da COHAB-CT na segunda gestão de Jaime.

²² Fazendo referência ao conteúdo do documento *Diretrizes para a política habitacional*, onde o IPPUC afirma que diante da falta de recursos e do crescimento acelerado das favelas “Ao Poder Público resta o ônus dessas situações, na medida em que é pressionado para regularizar e urbanizar áreas invadidas, nem sempre localizadas adequadamente, do ponto de vista da estratégia do planejamento urbano” (IPPUC, 1989).